

Os efeitos do alinhamento partidário sobre empréstimos do BNDES para os municípios brasileiros.

Paulo Mendes Coniaric

Indicação de área: 6. Capitalismo e espaço

Subárea: 6.1. Economia Regional

Artigo submetido à Sessão de Comunicações

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar se municípios que possuem algum tipo de alinhamento político com o executivo federal possuem maiores chances de receber empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e se esses são de maiores valores financeiros no caso da existência de tal alinhamento. Foi utilizado um painel de dados com os municípios brasileiros entre os anos de 2003 e 2010. Em ambas as análises, foram utilizados os métodos de dados empilhados, dos efeitos fixos e dos efeitos aleatórios. Os resultados indicam que o alinhamento exerce pouca influência sobre os empréstimos do BNDES.

Palavras-chave: Alinhamento político partidário. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Transferências intergovernamentais. Bancos públicos de desenvolvimento. Empréstimos públicos.

ABSTRACT: This paper aims to investigate whether municipalities with any type of political alignment with the Federal Executive are more likely to take out loans from BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) and whether the amounts are larger in such cases. A data panel on Brazilian municipalities between 2003 and 2010 was used. In both analyses performed, we used the pooled, fixed effects, and random effects estimation models. The results show that the political alignment exerts little influence on loans from BNDES to Brazilian municipalities.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste trabalho são os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedidos às prefeituras dos municípios brasileiros. Em particular, este estudo busca analisar se municípios alinhados politicamente ao governo federal têm maiores chances de receber esses financiamentos ou, então, se os mesmos recebem maiores volumes financeiros relativamente aos municípios não alinhados. Mais especificamente, são desenvolvidos dois testes econométricos, sendo que o primeiro mede a probabilidade de municípios alinhados receberem empréstimos (relativamente àqueles não alinhados), ao passo que o segundo procura testar se os municípios alinhados recebem valores maiores por possuírem alianças junto ao executivo federal e seus aliados.

Este trabalho busca contribuir com o debate do papel dos bancos públicos de desenvolvimento na economia e da intervenção do Estado no mercado de crédito. De fato, existem vários fatores que apontam para a importância dos bancos de desenvolvimento. Usualmente, países em desenvolvimento têm dificuldades de obtenção de financiamentos junto ao mercado financeiro internacional. Esses fatores, somados à pequena poupança interna e às restrições ao mercado de capitais, fazem com que novas alternativas de investimento sejam demandadas. Assim, uma das principais motivações para a criação de bancos de desenvolvimento está relacionada ao financiamento de longo prazo para empresas que promovam crescimento da infraestrutura e dos meios de produção do país. O banco de desenvolvimento é um instrumento financeiro voltado para políticas de desenvolvimento econômico e que serve para viabilizar investimentos que resultem no crescimento do desenvolvimento e em externalidades positivas para sociedade.

Uma diferença importante desse tipo de banco em relação aos comerciais é que eles buscam investimentos que produzam benefícios tanto para o ambiente econômico como para o social (BRUCK, 2005). Desta forma, parece ser relevante não só discutir a atuação dos bancos públicos de desenvolvimento junto ao setor privado, mas também junto ao setor público.

Além dos aspectos discutidos anteriormente, sobre a atuação dos bancos públicos de desenvolvimento, este trabalho também traz contribuições à literatura da Nova Economia Política, mais especificamente à literatura que versa sobre o efeito do alinhamento político entre níveis distintos de governo e seus efeitos sobre as transferências de recursos. De fato, conforme será discutido na revisão da literatura, há

uma quantidade significativa de trabalhos cujas evidências indicam que unidades de governo politicamente alinhadas com níveis superiores de governo recebem um maior montante de transferências fiscais a partir dos mesmos. Contudo, este trabalho vai além da literatura já existente, dado que não discute o efeito do alinhamento sobre as transferências governamentais em si, mas sim sobre os empréstimos oficiais concedidos pelo BNDES às prefeituras dos municípios brasileiros. Para atingir estes objetivos, este trabalho faz uso de uma base de dados inédita, ainda não explorada por nenhum trabalho que se tenha conhecimento.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Tendo em vista que este trabalho busca estudar possíveis relações entre o tipo de alinhamento político dos municípios e a probabilidade de eles receberem empréstimos do BNDES e, ainda, sua relação com os valores financeiros desses financiamentos, foram estudados dois campos da literatura econômica. A primeira discute a existência e atuação dos bancos de desenvolvimento, em particular, os critérios e os efeitos de seus empréstimos a empresas, bem como as principais teorias utilizadas para explicar os resultados obtidos. A segunda parte desta revisão de literatura aborda a influência que o alinhamento partidário exerce sobre as transferências intergovernamentais. Logo, os aspectos levantados em ambas as revisões serão considerados na análise dos resultados deste trabalho.

2.1. BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Em termos teóricos, além da questão da provisão de financiamento de longo prazo, existem outras justificativas para a atuação dos bancos públicos de desenvolvimento. Tais instituições seriam responsáveis por corrigir falhas de mercado, como custos de transação e assimetria de informações, externalidades positivas e negativas, mercados incompletos e concorrência imperfeita, entre outros (STIGLITZ et al., 2003; STIGLITZ, 1993; STIGLITZ, 1998). Esse problema remete à discussão de que o equilíbrio entre demanda e oferta de crédito não é naturalmente resolvido via mercado financeiro privado, sendo necessárias intervenções do governo para alocar recursos de forma eficiente em mercados incompletos e diminuir a assimetria de informação.

Em seu estudo, Stiglitz e Weiss (1981) desenvolvem um modelo em que agentes financeiros do setor privado, responsáveis pela oferta de crédito, estipulam a taxa

máxima de juros dos financiamentos que estão dispostos a prover, visando à maior taxa de lucro possível. Em função do problema da assimetria de informação, aumentar demasiadamente a taxa de juros tenderia a intensificar a seleção adversa. Nesse cenário, indivíduos com projetos mais arriscados, e consequentemente com maior risco de inadimplência, seriam aqueles que tomariam mais empréstimos, reduzindo assim o lucro do banco. Como não há incentivos a adotar essa última estratégia, o resultado do modelo levará a um excesso de demanda por crédito pelo fato de haver um limitador de alta para o custo do empréstimo, mostrando que taxas de juros não representam um instrumento perfeito para correção das imperfeições do mercado. Tais condições de excesso de demanda ou escassez na oferta de crédito podem ser observadas, por exemplo, em momentos de crises financeiras ou de depressões econômicas, quando os bancos de desenvolvimento têm papel importante, adotando uma política anticíclica e promovendo estabilidade e continuidade dos investimentos.

Outra função importante dos bancos de desenvolvimento é desenvolver novos setores na economia que podem inicialmente enfrentar dificuldades de competitividade com a concorrência estrangeira, além do baixo investimento do setor privado dada uma baixa expectativa sobre o retorno desses novos negócios. Segundo Krugman e Obstfeld (2010), o protecionismo adotado para novas indústrias deve eventualmente contar com o apoio do governo até que haja condições suficientes para abertura frente à concorrência internacional. Caso a economia não possua poupança para financiar tais projetos, o baixo retorno inicial será uma restrição para a criação desses novos setores.

Contudo, assim como existe uma literatura que argumenta favoravelmente à existência dos bancos de desenvolvimento, existe também uma literatura que critica a atuação dos mesmos. Segundo Odedokun (1996), por exemplo, os empréstimos subsidiados não devem distorcer o mercado de crédito e devem ser alocados com eficiência, de forma que atendam a projetos que apresentem restrições financeiras do crédito privado.

Em seu trabalho, Sapienza (2004) cita três teorias que buscam justificar as ações de bancos públicos de desenvolvimento. A primeira delas seria a correção das falhas de mercado, denominada pela autora como visão social. A segunda é denominada visão política, a qual sugere que bancos e empresas do governo são instrumentos políticos que buscam atender aos interesses partidários, como diminuir desemprego e financiar empresas politicamente conectadas a este, com o intuito de aumentar sua popularidade. Tais mecanismos seriam ineficientes, pois são usados apenas para transferir recursos

para seus apoiadores (SHLEIFER, 1998). Por fim, a terceira teoria é a da agência, a qual divide alguns aspectos da visão social, que é o de gerar o bem-estar social e desenvolvimento. No entanto, esse processo torna-se ineficiente devido à corrupção e à má alocação dos recursos (BANERJEE, 1997; HART, SHLEIFER & VISHNY, 1997). Nesse sentido, Sapienza (2004), em seu trabalho, buscou evidências que explicassem se o baixo retorno desses bancos públicos é resultado da visão social, na qual se abre mão do lucro em troca de benfeitorias à sociedade, ou então se é provocado pelas ideias das visões política ou de agência, nas quais corrupção e interesses privados geram ineficiência sobre os empréstimos.

Nesse estudo foram analisadas 37 mil empresas italianas com características semelhantes que receberam empréstimos tanto do setor privado como do público, ou de ambos, utilizando como parâmetros para a análise taxas de juros a que estes foram realizados. O resultado mais relevante foi que, em média, os bancos públicos cobram 0,44% menos que os bancos privados. Isso pode ser explicado tanto pelo ponto de vista político como de agência, pois apresentam ineficiência, uma vez que os empréstimos mais baixos não estão vinculados a menores custos operacionais, e porque as empresas selecionadas não têm restrição ao crédito privado (SAPIENZA, 2004).

Outras duas análises feitas por Sapienza (2004) abordaram o aspecto regional e o tamanho das empresas. O resultado da primeira análise mostrou que empresas localizadas no sul da Itália recebem mais empréstimos do que as demais regiões, mesmo que estas não tenham restrições financeiras em relação ao setor privado. Esse resultado sugere ambiguidade, pois duas teorias ideologicamente contrárias podem ser usadas para explicá-lo: sob o ponto de vista político, esses empréstimos podem estar enviesados devido ao fato de as empresas beneficiadas não terem restrição ao crédito privado e receberem maior número de financiamentos, enquanto o ponto de vista social justifica tais empréstimos pelo fato de o sul da Itália ser a região mais pobre do país; logo, tais empréstimos promoveriam crescimento e desenvolvimento. Os resultados da segunda análise, que relaciona empréstimos com o tamanho das empresas, mostram que os bancos públicos emprestam mais para empresas de grande porte, as quais apresentam menores restrições ao crédito privado em relação a empresas menores. Nesse caso, as teorias política e de agências explicam tais critérios de seleção dos bancos públicos.

A última análise do estudo de Sapienza (2004) verifica de que forma influências políticas impactam empréstimos de bancos públicos. Os resultados indicam que preferências partidárias dos gestores de alto escalão desses bancos influenciam esses

financiamentos. Também foi constatado pela autora que empresas são mais beneficiadas quando estão localizadas nas províncias onde os partidos destes gestores têm forte presença, tal que quanto maior é o controle que o partido exerce sobre determinada região, menor é a taxa de juros exercida. Em sua análise, a autora traz evidências de que o banco público é usado como instrumento político de partidos para atender seus interesses particulares, porém, apesar de esse fato poder ser parcialmente explicado pelas teorias social e de agência, a visão política é a mais consistente para o caso.

Levando em consideração todos os resultados obtidos em seu trabalho, Sapienza (2004) encontra suporte na teoria política para explicá-los, segundo a qual bancos públicos são instrumentos políticos usados para alcançar interesses pessoais ou de um grupo de interesse, desviando-se dos seus objetivos principais, quais sejam, promover o crescimento e desenvolvimento econômico.

Esta síntese de estudos importantes sobre a atuação dos bancos públicos e de desenvolvimento permite destacar que uma revisão de literatura sobre o assunto torna-se relevante para nosso estudo, uma vez que este será usado de forma complementar aos estudos relacionados ao alinhamento político que serão discutidos em seguida.

2.2. ALINHAMENTO POLÍTICO E TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Nesta subseção, o objetivo principal é discutir algumas das principais teorias e modelos que buscam explicar de que forma o alinhamento partidário influencia as transferências fiscais entre diferentes níveis de governo.

O federalismo fiscal é uma forma de organização político-constitucional em que as competências a respeito das receitas e despesas de uma nação, por meio de tributos e gastos do governo, são distribuídas entre diversos níveis da administração pública. Esse modelo pode ser visto como intermediário entre a centralização total no governo federal e um sistema no qual apenas níveis regionais teriam poder sobre cada região. Pode-se dizer que, por meio do federalismo fiscal, consegue-se atender a demandas macro e microeconômicas regionais, pois ao mesmo tempo em que municípios possuem maior conhecimento de suas demandas específicas, existe um governo central que consegue implantar políticas macroeconômicas e ofertar bens públicos com abrangência nacional. Os argumentos que dão suporte a essa forma de organização administrativa afirmam que ela promove a alocação dos recursos nacionais de forma mais eficiente e aumenta a participação política da sociedade (OATES, 1972).

No entanto, a eficiência da alocação dos recursos não ocorre de forma direta. Essa forma organizacional pode gerar desigualdades regionais, pois estados e municípios têm um conjunto restrito de tributos que pode ser arrecadado, o que não pode ser suficiente para atender às demandas regionais, podendo gerar ainda desequilíbrio entre receita e despesas. Em função desse fato, as transferências intergovernamentais são importantes mecanismos de tratamento dessas desigualdades, na medida em que podem ser utilizadas para distribuir recursos com o intuito de promover o desenvolvimento de regiões carentes.

Do ponto de vista normativo, portanto, as transferências têm o objetivo de distribuir recursos para estados e municípios, com a finalidade de promover o equilíbrio socioeconômico das diversas regiões do país, a fim de que se desenvolvam de forma igualitária, e financiar gastos públicos de regiões que não têm capacidade fiscal suficiente. No entanto, tais prerrogativas por muitas vezes não são seguidas, como mostram diversos estudos nacionais e internacionais.

De acordo com a literatura, a visão normativa de utilização e distribuição dos recursos públicos nem sempre é adotada em função das forças políticas que influenciam os critérios das alocações destes. A principal hipótese é que o alinhamento político-partidário entre os três níveis de poder político-administrativo, quais sejam, governo federal, estadual e municipal, interfere nas tomadas de decisão dessas alocações. O modelo de alinhamento partidário proposto por Cox e McCubbins (1993) pertence ao conjunto de teorias partidárias. De acordo com os autores, políticos do mesmo partido atuam de forma conjunta, com a finalidade de vencer eleições. É nesse contexto que as transferências de recursos são politicamente influenciadas por mandatários que estão nas camadas superiores de poder, com autonomia para decidir sobre o destino dessas alocações.

Outro trabalho importante foi realizado por Veiga e Pinho (2007), que estudaram se políticos avessos ao risco utilizam observações de eleições passadas para alocar mais recursos em regiões onde existe maior fidelidade partidária por parte dos eleitores. Foram usados dados para o caso português, entre 1979 e 2002, com uma divisão em dois intervalos, de 1979 a 1988 e de 1989 a 2002. Esse critério é adotado para mensurar o “amadurecimento da democracia”, analisando de que forma ela muda suas características ao longo do tempo. Os termos “nova democracia” e “democracia consolidada” são adotados para classificar cada um dos períodos respectivamente.

Ainda em relação ao trabalho de Veiga e Pinho (2007), foi utilizado o método de Brender e Drazen (2005), no qual os autores afirmam que ciclos políticos orçamentários oportunistas existem e são guiados por essas “novas democracias”. A fim de testar se transferências do governo central para municípios são usadas como ferramentas políticas para promover reeleição de seus candidatos de interesse, são utilizadas duas hipóteses: a de Cox e McCubbins (1986), segundo a qual políticos avessos ao risco favorecem seus apoiadores em épocas eleitorais; e a de Lindbeck e Weibull (1987, 1993), que argumentam a favor dos *swing voters*, que são eleitores que trocam de preferência ideológica política em troca de benefícios que possam obter elegendo o candidato contrário à sua preferência ideológica.

Os resultados corroboraram a metodologia de Brander e Drazen (2005) e indicaram que as transferências são influenciadas por fatores tanto políticos como econômicos. Foram encontradas evidências de que as motivações políticas exercem forte influência no processo de alocações das transferências do governo central para municípios, e seu padrão se transformou durante o início de sua democracia até períodos atuais. Um resultado interessante indicou que, à medida que a democracia amadurece, as transferências politicamente motivadas para municípios diminuem. No entanto, os efeitos relacionados ao oportunismo dos candidatos aumentaram. Esse resultado pode estar associado ao conhecimento sobre política eleitoral adquirido pelos políticos ao longo do tempo e à diminuição da instabilidade política. A hipótese de Lindbeck e Weibull (1987, 1993) foi confirmada pelos resultados do primeiro período, em que municípios administrados por prefeitos alinhados ao Primeiro Ministro e com mais *swing voters* foram favorecidos pelas transferências.

No estudo de Veiga e Pinho (2007), esse oportunismo é notado nos casos em que o governo é administrado por um único partido forte, e também é constatado que processos oportunistas são mais vantajosos quando aplicados para um único partido do que quando ocorre para uma coalisão.

Diante dos resultados apresentados nos diversos trabalhos citados anteriormente, é possível concluir que o modelo de alinhamento partidário apresenta grande relevância para explicar os padrões das alocações das transferências intergovernamentais. Na próxima seção, serão apresentadas as metodologias e os dados utilizados neste trabalho.

3. METODOLOGIA E DADOS

3.1. METODOLOGIA

Neste trabalho serão feitas duas análises: a primeira visa testar se a afinidade partidária entre a prefeitura e o governo federal influencia a probabilidade de um município receber empréstimos do BNDES. A segunda, por sua vez, visa testar se municípios alinhados politicamente recebem empréstimos de valores financeiros relativamente maiores do que os não alinhados. Na primeira abordagem, serão utilizados dados de alinhamento partidário de todos os municípios brasileiros, ou seja, serão considerados aqueles que receberam e que não receberam os empréstimos no período. Na segunda, serão utilizados apenas os dados referentes aos municípios que efetivamente receberam empréstimos.

Nos dois conjuntos de análises descritos anteriormente serão utilizadas três métricas de alinhamento político partidário. A primeira indica a afinidade entre partido do prefeito e o partido da presidência da República; a segunda indica a afinidade entre o partido do mandatário municipal e a coligação que apoiou o presidente da República. Por último, a terceira métrica indica a afinidade entre o partido político do mandatário municipal e os partidos dos ministros indicados pelo governo federal. Note, portanto, que essas medidas variam conforme a medida de alinhamento político com o governo federal se torna mais abrangente. Nos três casos, caso ocorra alinhamento político, a variável binária adotará o valor um, e zero caso não se verifique o alinhamento.

3.1.1. Análise 1: probabilidade de o município receber empréstimos do BNDES

Nesta primeira análise serão utilizados três modelos de estimação, com variáveis dependentes binárias, e o objetivo será mensurar a probabilidade de os municípios receberem os empréstimos em função do alinhamento político. O primeiro modelo é o *pooled logit* (dados empilhados), o segundo é o *fixed effects logit* (logit efeitos fixos) e, por fim, o terceiro é o *random effects logit* (logit efeitos aleatórios), que serão descritos em sequência.

- *Pooled Logit*

Nessa equação é medida a probabilidade de o município alinhado receber empréstimos do BNDES, na qual é usada como variável dependente uma variável binária de recebimento, que adota valor igual a 1 (um) quando o município recebe empréstimo e 0 (zero) caso contrário. Entre as variáveis explicativas está o alinhamento político descrito anteriormente, representado por uma variável binária que terá valor 1 (um) quando ocorrer alinhamento e 0 (zero) caso contrário. Conforme discutido

anteriormente, serão feitas três estimações, cada uma adotando um dos três tipos de medida de alinhamento político.

- *Fixed Effect Logit*

Esse modelo acrescenta um efeito específico individual f_i como uma variável não observada fixa no tempo, e pode ser correlacionada com o regressor x_{it} . Nesse modelo de dados em painel, essa característica permanente do indivíduo é usada como variável de controle. Um ponto que limita a utilização desse modelo é que geralmente, para painéis de dados de curto prazo, como é o caso deste estudo, a idiossincrasia capturada pelo efeito fixo tende a gerar uma estimação inconsistente, pois ela parte do pressuposto do efeito fixo, f_i , não ser correlacionado com os regressores, x_{it} .

- *Random effect logit*

O terceiro modelo que testa a probabilidade de o município receber o empréstimo do BNDES considerando as três métricas de alinhamento é o *random effects logit*. Esse modelo trata o efeito idiossincrático f_i como uma variável aleatória com distribuição específica, e elimina tal efeito específico individual integrando essa distribuição e incorporando-o ao termo de erro. O ponto fraco desse modelo está na suposição de que os efeitos aleatórios são independentes dos regressores.

3.1.2. Análise 2: municípios alinhados recebem maiores valores financeiros de empréstimos

Nessa segunda análise, cujo objetivo é testar se municípios alinhados ao governo federal recebem maiores montantes de financiamento do BNDES, serão utilizados somente os municípios que efetivamente receberam empréstimos do BNDES, tanto os politicamente alinhados como os não alinhados. O valor financeiro do empréstimo será utilizado como variável dependente e uma das variáveis explicativas será o alinhamento político. Nesta estimação serão adotados os três tipos de alinhamento discutidos anteriormente. Serão utilizados novamente os três modelos de estimação, agora aplicados ao caso de variável dependente contínua: o *pooled OLS*, o modelo de efeitos fixos e, finalmente, o modelo de efeitos aleatórios, os quais serão discutidos na sequência.

- *Pooled ordinary least square*

Parte-se do pressuposto de não haver endogeneidade entre os parâmetros da equação com o termo de erro, e com o efeito específico do indivíduo, ou seja, não existe relação entre a idiossincrasia (o efeito fixo) das unidades seccionais com as variáveis

explicativas. Outro pressuposto imposto pelo modelo para os resíduos da amostra é de que os erros não são correlacionados ao longo do tempo. Por fim, o último pressuposto é de que os regressores da estimação não são correlacionados com o efeito específico do indivíduo da amostra.

- *Estimação por efeitos fixos*

A estimação por efeitos fixos é a segunda metodologia a ser empregada nesta segunda análise que, conforme discutido anteriormente, visa testar se municípios politicamente alinhados ao governo federal recebem empréstimos do BNDES de maiores valores financeiros comparados aos não alinhados. Esse modelo, diferentemente do *pooled OLS*, considera que existe um efeito, como uma variável não observada e correlacionada com os regressores, tornando os coeficientes estimados inconsistentes se estimados pelo modelo *pooled*. A solução para esse problema é decompor o erro em dois componentes e retirar o efeito fixo (heterogeneidade da unidade seccional).

- *Estimação por efeitos aleatórios*

Esse modelo de estimação usa tanto a variação dentro do grupo de observações como a entre diferentes grupos. Para que a estimação seja não viesada os erros não devem ser autocorrelacionados, pressupondo exogeneidade forte ou estrita. Também é necessário que os erros não sejam correlacionados com os regressores ao longo do tempo. O último pressuposto relacionado ao erro é que esse não pode ser correlacionado com a variável não observada da amostra que representa o efeito fixo invariável ao longo do tempo. O último pressuposto é de que o efeito específico do indivíduo não pode ser correlacionado com os regressores da amostra.

Após a apresentação das metodologias e das variáveis de controle, passamos à descrição dos dados considerados neste trabalho.

3.2. DADOS

Para realizar o estudo aqui proposto, serão utilizados dados de diversas fontes. Os dados que servirão como ponto de partida são aqueles referentes aos empréstimos do BNDES aos municípios, obtidos junto ao próprio sítio do BNDES, caracterizando uma amostra com 2.020 observações e que vão do período de janeiro de 2003 a dezembro de 2010.

A fonte dos dados fiscais dos municípios brasileiros é a Secretaria do Tesouro Nacional, mais especificamente o banco de dados Finanças do Brasil (Finbra). Em particular, os regressores mencionados anteriormente serão utilizados no formato percentual em relação à receita orçamentária, ou seja, as transferências de capital assumem um valor entre 0 e 100% para indicar a proporção que representam na receita orçamentária do município. Os dados demográficos utilizados neste trabalho, por sua vez, são divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2008 e 2009 foram adotadas estimativas de população residente calculada com data de referência em 1º de julho de cada ano. No ano de 2007 foi adotada a Contagem da População, com data de referência em 1º de abril de 2007. Finalmente, para o ano de 2010 foram utilizados os dados do Censo realizado naquele ano. Outros dados demográficos que foram utilizados neste trabalho indicam a proporção de jovens, idosos e de população urbana dos municípios. Esses valores são expressos em termos percentuais, ou seja, variam entre 0 e 100%. Sua fonte também é o IBGE.

É importante ressaltar que alguns municípios foram retirados da base de dados por não apresentarem número excessivo de informações *missing*. Do valor inicial de 5.564 municípios, foram retirados da amostra 1.110, tal que a amostra utilizada neste estudo totaliza 4.454 municípios.

Conforme discutido anteriormente, os três tipos de alinhamento serão os principais regressores das estimações. Como variáveis de controle, serão utilizadas as seguintes variáveis:

- Receita tributária/Receita Orçamentária: a receita tributária, que abrange a arrecadação municipal de impostos, taxas e contribuições de melhoria, medida como proporção da receita total municipal, visa controlar as estimações pelo potencial de arrecadação própria (independência financeira) do município, permitindo que o mesmo possa fazer frente às obrigações decorrentes da tomada do financiamento junto ao BNDES;
- Transferência de capital/Receita Orçamentária: as transferências de capital da União para os municípios têm por objetivo atender a finalidades de educação, saúde e consórcios públicos que os municípios possuem junto ao governo federal e abrangem repasses que tenham como finalidade atender a despesas de capital da localidade. Aqui, esta medida visa controlar as estimações pela eventual complementaridade com os empréstimos do BNDES, ou seja, um

maior montante de transferências de capital da União poderia induzir os municípios a solicitarem recursos adicionais junto ao banco para fazer frente aos investimentos locais.

- Tamanho da população, proporção de idosos (indivíduos com mais de 65 anos de idade), proporção de crianças e jovens (crianças e jovens com idade entre 00 e 14 anos de idade) e taxa de urbanização (proporção de residentes na zona urbana): esses regressores visam controlar as estimações pelo eventual efeito da estrutura demográfica sobre a demanda por investimentos locais, que podem ser financiados com recursos do BNDES.

Os empréstimos são classificados com os seguintes parâmetros: o programa a que foi destinado o recurso, a modalidade operacional a que o programa pertence, a data em que o recurso foi liberado, o status em que se encontra o projeto, o valor total da operação, o valor desembolsado até então e um descritivo do objetivo do projeto. Um critério importante é o status da operação, que pode assumir as seguintes condições: contratado, aprovado, em análise, enquadrado, perspectiva e com consulta. Como a finalidade deste trabalho é analisar se o alinhamento político entre os níveis de poderes municipal e federal influenciam os empréstimos realizados pelo BNDES a municípios, o status dos empréstimos que serão considerados nas estimações serão os dois primeiros (contratados e os aprovados), pois nesses dois casos é certo que as solicitações foram atendidas. Os valores financeiros dos empréstimos foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) utilizando dezembro de 2012 como mês de referência.

As informações utilizadas para elaboração da base de dados referente aos três tipos de alinhamento político foram obtidas no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foram considerados os resultados das eleições de municipais¹ dos anos de 2000, 2004, 2008, e das eleições presidenciais dos anos de 2002, 2006 e 2010. Por meio desses resultados foram criadas variáveis binárias que adotam os valores 1 (um) no caso de existir alinhamento e 0 (zero) caso não ocorra.

¹ Para alguns casos foram adotados critérios para atribuir qual partido político administrou o município durante determinado mandato, em muitas situações o mandatário eleito pelo voto não pode assumir a prefeitura, pois apresentava alguma restrição na justiça eleitoral. Nesses casos, diversos desmembramentos podem ocorrer para determinar o prefeito eleito, em algumas situações o vice-prefeito toma posse, em outras o presidente da câmara dos vereadores assumiu temporariamente o cargo executivo e posteriormente através de eleições suplementares um novo prefeito foi eleito. Neste estudo, para casos como esses, foi atribuído ao município o partido político referente ao mandatário que terminou a gestão à frente da prefeitura.

4. RESULTADOS

Conforme já discutido anteriormente, este trabalho tem como objetivo realizar duas análises. A primeira delas visa buscar evidências de que municípios alinhados politicamente ao governo federal apresentam maiores probabilidades de receber empréstimos do BNDES, ao passo que a segunda analisa se municípios alinhados com o governo federal recebem empréstimos com maiores valores financeiros comparados aos não alinhados. Essa seção apresenta os resultados das estimações. Inicialmente, apresentaremos os resultados da análise 1 e, em seguida, os valores da análise 2.

As duas análises apresentam a estatística do teste de Hausman, que compara os estimadores de efeitos fixos e efeitos aleatórios. Sabendo-se que esse primeiro estimador é consistente em todos os casos, é testada a consistência do segundo estimador, sob a hipótese nula de que esse segundo estimador é de fato eficiente e consistente. Assim, se a hipótese nula for rejeitada, o modelo de efeitos fixos será adotado para explicar os resultados do modelo e, caso contrário, a hipótese nula não sendo rejeitada, o modelo dos efeitos aleatórios será utilizado para explicar os resultados do modelo.

4.1. ANÁLISE 1

As Tabelas 1, 2 e 3 apresentam os resultados da primeira análise, na qual o objetivo é testar se o alinhamento político altera a probabilidade de recebimento de empréstimos do BNDES. Em particular, a Tabela 1 apresenta os resultados em que a *dummy* de alinhamento assume o valor 1 (um) quando o prefeito do município é alinhado com o partido do presidente da República. Na Tabela 2, por sua vez, a *dummy* de alinhamento assume o valor 1 (um) caso o prefeito do município seja alinhado com a coligação que elegeu o presidente da República. Por fim, na Tabela 3, a *dummy* de alinhamento assume o valor 1 (um) quando o partido do mandatário municipal ocupa um ministério no governo federal.

Cada coluna apresenta os resultados referentes a três modelos de estimação para dados em painel: *pooled logit*, *random effects logit* e *fixed effects logit*. Ao final das tabelas, é apresentado também o p-valor do teste de Hausman que, conforme discutido anteriormente, compara a consistência dos modelos de efeitos fixos e aleatórios. Todas as estimações incluem *dummies* de Estado, embora elas não tenham sido apresentadas nas tabelas para facilitar a exposição dos resultados. Também foram incluídas *dummies*

de ano, tendo sido retirada a *dummy* de 2003, sendo, portanto, o ano de referência das *dummies* de ano.

Tabela 1. Probabilidade de recebimento – Alinhamento com partido do presidente da República.

Coefficiente (Desvio padrão)	Pooled Logit	Random Effects	Fixed Effects
	A	B	C
Alinhamento com partido	0.20* (0.11)	0.21** (0.11)	0.17 (0.18)
Receita tributária/ Receita orçamentária	0.01* (0.01)	0.01 (0.01)	0.03 (0.02)
Transferência de capital/ Receita orçamentária	-0.00 (0.02)	-0.00 (0.02)	-0.02 (0.02)
População	0.52*** (0.04)	0.54*** (0.04)	3.13*** (0.98)
Idosos	0.05*** (0.02)	0.05*** (0.02)	0.57*** (0.17)
Jovens	-0.02* (0.01)	-0.02 (0.01)	0.05 (0.12)
Urbanização	-0.01*** (0.01)	-0.01*** (0.01)	0.14*** (0.04)
Dummy 2004	1.05*** (0.26)	1.05*** (0.26)	0.91*** (0.28)
Dummy 2005	-0.33 (0.34)	-0.33 (0.34)	-0.62 (0.39)
Dummy 2006	0.28 (0.29)	0.28 (0.30)	-0.16 (0.40)
Dummy 2007	0.94*** (0.27)	0.94*** (0.27)	0.43 (0.43)
Dummy 2008	2.93*** (0.24)	2.96*** (0.24)	2.19*** (0.49)
Dummy 2009	2.43*** (0.24)	2.45*** (0.24)	1.49*** (0.57)
Dummy 2010	2.75*** (0.24)	2.78*** (0.24)	1.65** (0.64)
Constante	-10.79*** (0.53)	-11.11*** (0.58)	
Observações (N x T)	35.632	35.632	7.216
Teste de Hausman (p-valor)		0.000	

Notas: *Estatisticamente significativa a 10%; **Estatisticamente significativa a 5%; ***Estatisticamente significativa a 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações

Conforme os resultados apresentados na Tabela 1 e 2, o modelo de efeito fixo gera resultados consistentes em relação ao modelo de efeitos aleatórios. Portanto, vamos conduzir a discussão com base nos resultados obtidos por meio do primeiro desses dois

modelos, conforme expostos na coluna C da Tabela 1 e 2. De acordo com tal modelo, a *dummy* de alinhamento não exerce efeito sobre a probabilidade de recebimento de empréstimos junto ao BNDES, uma vez que o parâmetro não é estatisticamente significativo.

Tabela 2. Probabilidade de recebimento – Alinhamento com coligação do presidente da República.

Coeficiente (Desvio padrão)	Pooled Logit	Random Effects	Fixed Effects
	A	B	C
Alinhamento com coligação	0.17 (0.10)	0.17* (0.10)	0.09 (0.18)
Receita tributária/ Receita orçamentária	0.01* (0.01)	0.01 (0.01)	0.03 (0.02)
Transferência de capital/ Receita orçamentária	-0.00 (0.02)	-0.00 (0.02)	-0.02 (0.02)
População	0.52*** (0.04)	0.54*** (0.04)	3.13*** (0.98)
Idosos	0.05*** (0.02)	0.05*** (0.02)	0.57*** (0.17)
Jovens	-0.02* (0.01)	-0.02 (0.01)	0.05 (0.12)
Urbanização	-0.01*** (0.01)	-0.01*** (0.01)	0.14*** (0.04)
Dummy 2004	1.05*** (0.26)	1.05*** (0.26)	0.91*** (0.28)
Dummy 2005	-0.33 (0.34)	-0.33 (0.34)	-0.62 (0.39)
Dummy 2006	0.28 (0.29)	0.28 (0.30)	-0.15 (0.40)
Dummy 2007	0.94*** (0.27)	0.94*** (0.27)	0.44 (0.43)
Dummy 2008	2.93*** (0.24)	2.96*** (0.24)	2.20*** (0.49)
Dummy 2009	2.43*** (0.24)	2.45*** (0.24)	1.50*** (0.57)
Dummy 2010	2.75*** (0.24)	2.78*** (0.24)	1.66*** (0.64)
Constante	-10.80*** (0.53)	-11.12*** (0.58)	
Observações (N x T)	35.632	35.632	7.216
Teste de Hausman (p-valor)		0.000	

Notas: *Estatisticamente significativa a 10%; **Estatisticamente significativa a 5%; ***Estatisticamente significativa a 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações

Quanto às *dummies* de ano, os resultados sugerem que nos anos de 2004, 2008, 2009 e 2010 parece existir maior probabilidade de recebimento dos recursos em relação a 2003. Em relação aos coeficientes das variáveis demográficas, a variável de população mostra-se significativa para a probabilidade de o município receber empréstimos do BNDES. O mesmo resultado é válido para os coeficientes das variáveis que representam a proporção de idosos da população e para a urbanização do município.

A semelhança entre os resultados de alinhamento, quais sejam, partidário e coligação, sugere que os partidos que compõem a coligação que apoiou o presidente da República durante o período eleitoral agrega poucos partidos. Esse fato pode ser explicado pelo critério adotado na escolha dos partidos que compõem tal coligação, considerando apenas os partidos que registraram oficialmente seu apoio durante o período eleitoral no TSE. Isso incorre no fato que apoios informais ou então declarados, no entanto não oficializados, não são considerados nesse tipo de alinhamento. O terceiro tipo de alinhamento político buscará capturar essas alianças políticas informais ou não registradas como veremos a seguir.

A terceira e última sequência de estimações utiliza o tipo de alinhamento em que os partidos que tenham algum de seus representantes indicados ao ministério do governo federal são considerados alinhados e, a partir desse conjunto de partidos, atribuímos o alinhamento ao município.

Da mesma forma que nos casos anteriores, de acordo com o teste de Hausman, o modelo dos efeitos fixos é consistente em relação ao modelo dos efeitos aleatórios. Utilizando esse primeiro modelo como ponto de partida para a análise, os resultados indicam, da mesma forma que nos casos anteriores, que o alinhamento parece não exercer influência sobre a probabilidade de o município receber empréstimos do BNDES, dado que seu coeficiente não é estatisticamente significativo.

Da mesma forma que os resultados dos dois casos anteriores, nesta última análise as variáveis demográficas e as *dummies* de ano exercem influência na probabilidade de o município alinhado receber os empréstimos do BNDES. As variáveis demográficas que apresentam coeficientes estatisticamente significativos (a 1%, como nas abordagens anteriores) são as da população, da proporção de idosos e da população urbana dos municípios. No caso das *dummies* de ano, os anos de 2004, 2008, 2009 e 2010 mostraram-se com maiores probabilidades de receber empréstimos em relação ao ano de 2003.

Tabela 3. Probabilidade de recebimento – Alinhamento com ministros indicados pelo presidente da República.

Coeficiente (Desvio padrão)	Pooled Logit	Random Effects	Fixed Effects
	A	B	C
Alinhamento com ministros	0.20*** (0.07)	0.18** (0.07)	-0.15 (0.11)
Receita tributária/ Receita orçamentária	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.03 (0.02)
Transferência de capital/ Receita orçamentária	-0.00 (0.02)	-0.00 (0.02)	-0.02 (0.02)
População	0.53*** (0.04)	0.54*** (0.04)	3.14*** (0.98)
Idosos	0.05*** (0.02)	0.05*** (0.02)	0.56*** (0.17)
Jovens	-0.02* (0.01)	-0.02 (0.01)	0.05 (0.12)
Urbanização	-0.01*** (0.01)	-0.01*** (0.01)	0.14*** (0.04)
Dummy 2004	1.05*** (0.26)	1.05*** (0.26)	0.91*** (0.28)
Dummy 2005	-0.33 (0.34)	-0.33 (0.34)	-0.61 (0.39)
Dummy 2006	0.28 (0.29)	0.28 (0.30)	-0.14 (0.40)
Dummy 2007	0.95*** (0.27)	0.95*** (0.27)	0.45 (0.43)
Dummy 2008	2.95*** (0.24)	2.97*** (0.24)	2.22*** (0.49)
Dummy 2009	2.44*** (0.24)	2.46*** (0.24)	1.53*** (0.57)
Dummy 2010	2.76*** (0.24)	2.78*** (0.24)	1.70*** (0.64)
Constante	-10.92*** (0.53)	-11.20*** (0.58)	
Observações (N x T)	35.632	35.632	7.216
Teste de Hausman (p-valor)		0.000	

Notas: *Estatisticamente significativa a 10%; **Estatisticamente significativa a 5%; ***Estatisticamente significativa a 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações

4.2. ANÁLISE 2

Nas Tabelas 4, 5 e 6 são apresentados os resultados da segunda análise, cujo objetivo é testar se municípios alinhados recebem volume de financiamento maior que os municípios não alinhados. São considerados aqui apenas os municípios que recebem financiamento em algum ano da amostra. Os valores dos empréstimos estão em logaritmo natural. Entre essas tabelas varia também o conceito de alinhamento de forma

análoga às Tabelas 1, 2 e 3. O nível de significância dos parâmetros segue o mesmo padrão da análise 1, assim como o teste de Hausman. Cada coluna representa um modelo de estimação diferente entre *Pooled*, *Random Effects* e finalmente, *Fixed Effects*, aplicados agora ao caso de regressões com variável dependente contínua.

Nas três primeiras colunas de resultados (colunas A, B e C) das referidas tabelas, são considerados os valores da operação aprovados junto ao BNDES, ao passo que nas três últimas (D, E e F) são apresentados resultados referentes ao valor da operação efetivamente desembolsado, ambos em logaritmo natural. Da mesma forma que na análise 1, as *dummies* de estado foram omitidas das tabelas de resultado, embora tenham sido incluídas nas estimações. Já em relação às *dummies* de ano, 2003 continua sendo o ano de referência.

Tabela 4. Financiamento do BNDES para municípios alinhados – alinhamento com o partido do presidente da República.

Coeficiente (Desvio padrão)	Pooled	Random Effects	Fixed Effects	Pooled	Random Effects	Fixed Effects
	A	B	C	D	E	F
	Valor da operação			Valor do desembolso		
Alinhamento com partido	0.22 (0.20)	0.22 (0.18)	0.26 (0.29)	0.20 (0.20)	0.20 (0.17)	0.28 (0.28)
Receita tributária/ Receita orçamentária	0.02 (0.01)	0.02 (0.01)	0.03 (0.03)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.03)
Transferência de capital/ Receita orçamentária	-0.04 (0.03)	-0.04 (0.03)	-0.04 (0.04)	-0.03 (0.03)	-0.03 (0.03)	-0.04 (0.04)
População	0.25*** (0.08)	0.25*** (0.07)	2.82** (1.20)	0.26*** (0.07)	0.26*** (0.07)	2.75** (1.18)
Idosos	0.03 (0.03)	0.03 (0.03)	0.41** (0.20)	0.04 (0.03)	0.04 (0.03)	0.45** (0.20)
Jovens	-0.02 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.07 (0.15)	-0.02 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.08 (0.15)
Urbanização	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.09** (0.04)	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.10** (0.04)
Dummy 2004	0.62*** (0.14)	0.62*** (0.21)	0.52** (0.25)	0.57*** (0.14)	0.57*** (0.21)	0.47* (0.25)
Dummy 2005	-0.14 (0.10)	-0.14 (0.21)	-0.34 (0.32)	-0.17* (0.09)	-0.17 (0.21)	-0.37 (0.31)
Dummy 2006	0.09 (0.12)	0.09 (0.22)	-0.21 (0.40)	0.04 (0.12)	0.04 (0.21)	-0.26 (0.39)
Dummy 2007	0.50*** (0.15)	0.50** (0.22)	0.15 (0.49)	0.46*** (0.14)	0.46** (0.22)	0.10 (0.48)
Dummy 2008	4.78*** (0.24)	4.78*** (0.22)	4.26*** (0.59)	4.64*** (0.24)	4.64*** (0.22)	4.10*** (0.58)
Dummy 2009	3.08*** (0.22)	3.08*** (0.23)	2.43*** (0.69)	3.00*** (0.22)	3.00*** (0.22)	2.34*** (0.68)

Dummy 2010	4.33*** (0.25)	4.33*** (0.23)	3.61*** (0.79)	4.22*** (0.25)	4.22*** (0.23)	3.49*** (0.77)
Constante	-1.80** (0.91)	-1.80** (0.86)	-37.88*** (13.35)	-2.05** (0.89)	-2.05** (0.85)	-38.50*** (13.13)
Dummies de UF	Sim	Sim	-	Sim	Sim	-
R-quadrado	0.16	0.17	0.03	0.16	0.16	0.03
Observações (N x T)	7.216	7.216	7.216	7.216	7.216	7.216
Teste de Hausman (p-valor)	0.5557			0.3803		

Notas: *Estatisticamente significativa a 10%; **Estatisticamente significativa a 5%; ***Estatisticamente significativa a 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações

Analisando as colunas A, B e C (que utilizam o valor da operação como variável dependente) das Tabelas 4, 5 e 6, que contemplam o alinhamento partidário, com a coligação de partidos e com os ministros, respectivamente, indicam resultados semelhantes para os três tipos de alinhamento. Por meio do teste de Hausman é indicada a consistência do resultado obtido por meio do modelo de efeitos aleatórios, sendo, portanto o resultado a ser discutido. Assim, de acordo com a coluna B, os três tipos de alinhamento parecem não exercer influência sobre o montante recebido comparativamente a prefeitos não alinhados.

Tabela 5. Financiamento do BNDES para municípios alinhados x não alinhados – alinhamento com a coligação do presidente da República.

Coeficiente (Desvio padrão)	Pooled	Random Effects	Fixed Effects	Pooled	Random Effects	Fixed Effects
	A	B	C	D	E	F
Valor da operação			Valor do desembolso			
Alinhamento com coligação	0.13 (0.19)	0.13 (0.17)	0.13 (0.28)	0.12 (0.19)	0.12 (0.17)	0.15 (0.28)
Receita tributária/ Receita orçamentária	0.02 (0.01)	0.02 (0.01)	0.03 (0.03)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.03)
Transferência de capital/ Receita orçamentária	-0.04 (0.03)	-0.04 (0.03)	-0.04 (0.04)	-0.03 (0.03)	-0.03 (0.03)	-0.04 (0.04)
População	0.25*** (0.08)	0.25*** (0.07)	2.82** (1.20)	0.26*** (0.07)	0.26*** (0.07)	2.75** (1.18)
Idosos	0.03 (0.03)	0.03 (0.03)	0.41** (0.20)	0.04 (0.03)	0.04 (0.03)	0.44** (0.20)
Jovens	-0.02 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.07 (0.15)	-0.02 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.08 (0.15)
Urbanização	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.09** (0.04)	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.10** (0.04)
Dummy 2004	0.62*** (0.14)	0.62*** (0.21)	0.52** (0.25)	0.57*** (0.14)	0.57*** (0.21)	0.47* (0.25)
Dummy 2005	-0.14 (0.10)	-0.14 (0.21)	-0.33 (0.32)	-0.16* (0.09)	-0.16 (0.21)	-0.36 (0.31)

Dummy 2006	0.10 (0.12)	0.10 (0.22)	-0.20 (0.40)	0.05 (0.12)	0.05 (0.21)	-0.25 (0.39)
Dummy 2007	0.50*** (0.15)	0.50** (0.22)	0.16 (0.49)	0.46*** (0.14)	0.46** (0.22)	0.11 (0.48)
Dummy 2008	4.79*** (0.24)	4.79*** (0.22)	4.27*** (0.59)	4.64*** (0.24)	4.64*** (0.22)	4.11*** (0.58)
Dummy 2009	3.08*** (0.22)	3.08*** (0.23)	2.44*** (0.69)	3.00*** (0.22)	3.00*** (0.22)	2.35*** (0.68)
Dummy 2010	4.34*** (0.25)	4.34*** (0.23)	3.63*** (0.79)	4.23*** (0.25)	4.23*** (0.23)	3.51*** (0.77)
Constante	-1.83** (0.91)	-1.83** (0.86)	-38.01*** (13.35)	-2.08** (0.89)	-2.08** (0.85)	-38.62*** (13.13)
R-quadrado	0.16	0.17	0.03	0.16	0.16	0.03
Observações (N x T)	7216	7210	7216	7216	7216	7216
Teste de Hausman (p-valor)	0.5531			0.3820		

Notas: *Estatisticamente significativa a 10%; **Estatisticamente significativa a 5%; ***Estatisticamente significativa a 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações

Entre as variáveis demográficas, a população é a única variável que parece exercer influência sobre o montante que os municípios recebem, dado que é a única que tem seu coeficiente estatisticamente significativo. Entre as *dummies* de ano, os anos 2004, 2007, 2008, 2009 e 2010 mostraram-se mais propensos a receber maiores valores de empréstimos em relação ao ano de 2003.

Tabela 6. Financiamento do BNDES para municípios alinhados x não alinhados – Alinhamento com ministros indicados pelo presidente da República.

Coefficiente (Desvio padrão)	Pooled	Random Effects	Fixed Effects	Pooled	Random Effects	Fixed Effects
	A	B	C	D	E	F
	Valor da operação			Valor do desembolso		
Alinhamento com ministros	-0.06 (0.12)	-0.06 (0.12)	-0.19 (0.17)	-0.07 (0.12)	-0.07 (0.11)	-0.20 (0.17)
Receita tributária/ Receita orçamentária	0.02 (0.01)	0.02 (0.01)	0.03 (0.03)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.03)
Transferência de capital/ Receita orçamentária	-0.04 (0.03)	-0.04 (0.03)	-0.04 (0.04)	-0.03 (0.03)	-0.03 (0.03)	-0.04 (0.04)
População	0.26*** (0.08)	0.26*** (0.07)	2.81** (1.20)	0.27*** (0.07)	0.27*** (0.07)	2.74** (1.18)
Idosos	0.03 (0.03)	0.03 (0.03)	0.40** (0.20)	0.04 (0.03)	0.04 (0.03)	0.43** (0.20)
Jovens	-0.02 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.07 (0.15)	-0.02 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.08 (0.15)
Urbanização	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.09** (0.04)	-0.00 (0.01)	-0.00 (0.01)	0.10** (0.04)
Dummy 2004	0.62*** (0.14)	0.62*** (0.21)	0.52** (0.25)	0.57*** (0.14)	0.57*** (0.21)	0.47* (0.25)

Dummy 2005	-0.13 (0.10)	-0.13 (0.21)	-0.33 (0.32)	-0.16* (0.09)	-0.16 (0.21)	-0.35 (0.31)
Dummy 2006	0.10 (0.12)	0.10 (0.22)	-0.19 (0.40)	0.05 (0.12)	0.05 (0.21)	-0.24 (0.39)
Dummy 2007	0.51*** (0.15)	0.51** (0.22)	0.16 (0.49)	0.47*** (0.14)	0.47** (0.22)	0.11 (0.48)
Dummy 2008	4.79*** (0.24)	4.79*** (0.22)	4.27*** (0.59)	4.64*** (0.24)	4.64*** (0.22)	4.11*** (0.58)
Dummy 2009	3.09*** (0.22)	3.09*** (0.23)	2.46*** (0.69)	3.01*** (0.22)	3.01*** (0.22)	2.37*** (0.68)
Dummy 2010	4.34*** (0.25)	4.34*** (0.23)	3.64*** (0.79)	4.24*** (0.25)	4.24*** (0.23)	3.52*** (0.77)
Constante	-1.87** (0.91)	-1.87** (0.86)	-37.78*** (13.35)	-2.11** (0.89)	-2.11** (0.85)	-38.39*** (13.13)
R-quadrado	0.16	0.17	0.03	0.17	0.16	0.03
Observações (N x T)	7.216	7.216	7.216	7.216	7.216	7.216
Teste de Hausman (p-valor)	0.5531			0.3820		

Notas: *Estatisticamente significativa a 10%; **Estatisticamente significativa a 5%; ***Estatisticamente significativa a 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados das estimações

Considerando agora o valor do desembolso como variável dependente (colunas D, E e F), o resultado para o teste de Hausman indica novamente o modelo dos efeitos aleatórios como consistente em relação ao modelo dos efeitos fixos. Assim, o primeiro destes dois modelos, será utilizado para comentar os resultados indicados na coluna E das Tabelas 4, 5 e 6.

O alinhamento político mais uma vez parece não influenciar o montante do empréstimo do BNDES aos municípios, dado que seu coeficiente não é estatisticamente significativo. Entre as variáveis demográficas, a população continua sendo a única a exercer influência sobre o montante do valor recebido pelos municípios, como no caso anterior. Por fim, as *dummies* de ano indicam que os municípios são mais propícios a receberem maiores valores de empréstimos nos anos de 2004, 2007, 2008, 2009 e 2010 comparados ao ano de 2003.

Pode-se observar que a mudança da variável dependente, passando de valor da operação para o valor do desembolso, não mudou de forma significativa os resultados dos dois modelos.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi investigar se os empréstimos concedidos pelo BNDES aos municípios sofrem influência do alinhamento político partidário que o

executivo federal possa ter com os prefeitos desses municípios. Em particular, foram testados dois aspectos específicos desta hipótese. A primeira delas buscou evidências de que municípios alinhados possuem maiores probabilidades de receber empréstimos em detrimento dos não alinhados. Já o segundo aspecto investigado buscou testar se municípios politicamente alinhados recebem valores financeiros maiores do que os não alinhados. Para isso, foi utilizada uma base de dados em painel de municípios brasileiros entre os anos de 2003 e 2010 e três modelos econométricos para testar cada hipótese citada anteriormente.

Os três modelos econométricos utilizados tanto para análise da probabilidade de os municípios receberem empréstimos do BNDES, como para os valores financeiros, foram os modelos de dados empilhados (*pooled*), efeitos fixos e efeitos aleatórios.

De forma geral, os resultados referentes à probabilidade de os municípios receberem empréstimos do BNDES indicam que o alinhamento político não influencia de forma significativa os recebimentos. Esse resultado foi válido para os três tipos de alinhamento, quais sejam, alinhamento com o partido do presidente da República, com a coligação de partidos que elegeu durante o período eleitoral e, por fim, com os partidos dos ministros indicados por este. No entanto, chegou-se a resultados interessantes para outras variáveis incluídas nos modelos. Para três variáveis demográficas, os coeficientes dos estimadores mostraram-se estatisticamente significantes, quais sejam, a magnitude da população, a proporção de idosos e a proporção da população em áreas urbanas. Essas três variáveis apresentaram coeficientes positivos, ou seja, parecem elevar a probabilidade de o município receber empréstimos do BNDES.

Em relação aos resultados do segundo aspecto analisado, que trata dos valores recebidos pelos municípios, os três tipos de alinhamento político novamente não mostraram influenciar a magnitude de tais financiamentos. Entre as covariadas utilizadas nas estimações, apenas o tamanho da população mostrou-se significativo, com sinal positivo. Intuitivamente, isso parece fazer sentido, pois quanto maior a população, maior a necessidade de capital do município para investir em projetos — da mesma forma que tende a aumentar a probabilidade de os municípios receberem tais financiamentos, conforme citado anteriormente.

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, este é um primeiro esforço no sentido de explorar os empréstimos do BNDES direcionados à administração pública direta - em particular, os direcionados às prefeituras brasileiras. Trata-se, portanto, de uma investigação que, ainda que sujeita a refinamentos, procura contribuir com a

literatura referente à atuação dos bancos públicos de desenvolvimento e, em particular, com a literatura referente à atuação do BNDES, amplamente conhecimento como um dos maiores e mais importantes bancos públicos de desenvolvimento do mundo.

6. REFERÊNCIAS

ADES, A.; Di TELLA, R. "National Champions And Corruption: Some Unpleasant Interventionist Arithmetic". **The Economic Journal**, v. 107, p. 1023-1042, 1997.

BANERJEE, A. "A Theory Of Misgovernance". **Quarterly Journal Of Economics**, v. 112, p. 1289-1332, 1997.

BRENDER, A., & DRAZEN, A. "Political Budget Cycles In New Versus Established Democracies". **Journal Of Monetary Economics**, v. 52, n. 7, p. 1271-1295, 2005.

BRUCK, N. **Future Role of National Development Banks in the Twenty First Century**. New York: United Nations 9 Department of Economic and Social Affairs), 1-2 December 2005.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. "Electoral Politics As A Redistributive Game". **The Journal Of Politics**, p. 370-389, 1986.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. **Legislative Leviathan: Party Government In The House**. California: University Of California Press, 1993.

DUCHATEAU, P. V.; AGUIRRE, B. "Estrutura Política Como Determinante Dos Gastos Federais". **Revista Economia**, v. 11, n. 2, p. 305-331, S/D.

FERREIRA, I. F.; BUGARIN, M. S. "Transferências Voluntárias E Ciclo Político-Orçamentário No Federalismo Fiscal Brasileiro". **Revista Brasileira De Economia**, v. 61, n. 3, p. 271-300, jul-set 2007.

HART, O.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. "The Proper Scope Of Government: Theory And A Application To Prisons". **Quarterly Journal Of Economics**, v. 112, p. 1127-1162, 1997.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: Teoria E Política**. 8 ed. (Trad. E. M. Diniz). São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LINDBECK, A.; WEIBULL, J. "A Model Of Political Equilibrium In A Representative Democracy". **Journal Of Public Economics**, v. 51, p. 195-209, 1993.

LINDBECK, A.; WEIBULL, J. "Balanced Budget Redistribution As The Outcome Of Political Competition". **Public Choice**, v. 52, p. 273-297, 1987.

OATES, W. **Fiscal Federalism**. Nova Iorque: WorldCat, 1972. (Harbrace series in business and economics)

ODEDOKUN, M. O. "International Evidence On The Effects Of Directed Credit Programmes On Efficiency Of Resource Allocation In Developing Countries: The Case Of Development Bank Lendings". **Journal Of Development Economics**, v. 48, p. 449-460, 1996.

ROGOFF, K. "Equilibrium Political Budget Cycles". **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 20-36, 1990.

SAKURAI, S. N.; THEODORO, M. I. **Alinhamento Político E Transferências Governamentais: Novas Evidências Para Municípios Brasileiros**. In: Anais Do XLI Encontro De Economia. Foz Do Iguaçu, 2013.

SAPIENZA, P. **Lending incentives of State-Owned Banks**. [Working paper] Northwestern University & CEPR, 2002.

_____. "The Effects Of Governmental Ownership On Banking Lending". **Journal Of Financial Economics**, v. 72, p. 357-384, 2004.

SHLEIFER, A. "State Versus Private Ownership". **Journal Of Economic Perspectives**, v. 12, n. 4, p. 133-150, 1998.

STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. **Introdução À Microeconomia**. Rio De Janeiro: Campus, 2003.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. "Credit Rationing In Markets With Imperfect Information". **American Economic Review**, v. 71, p. 393-410, 1981.

VEIGA, L. G.; PINHO, M. M. "The Political Economy Of Intergovernmental Grants: Evidence From A Maturing Democracy". **Public Choice**, p. 457-477, 2007.